**REQUERIMENTO PARA RECONHECIMENTO DE IMUNIDADE DE TRIBUTOS MUNICIPAIS**

**(Art. 150, VI, da CF/88, art. 158 da Lei n° 2805/77, e Decreto n° 23.573/2019)**

|  |
| --- |
| **DADOS DO REQUERENTE** |
| RAZÃO SOCIAL |  |
| CNPJ |  |
| Endereço para correspondência |  |
|  |
| Telefone |  | E-mail |  |
|  |
| **INSCRIÇÕES FISCAIS DA PESSOA JURÍDICA** |
| Inscrições no cadastro imobiliário (IPTU) |  |
| Inscrições no cadastro econômico |  |
| [ ]  Inscrições relacionadas em anexo (relacionar em anexo caso sejam muitas) |
|  |
| **REQUERIMENTO** |
| O requerente acima identificado, declarando serem verídicas as informações prestadas neste requerimento |
| e nos documentos anexos, requerer o reconhecimento da imunidade tributária, ciente de que, em caso de  |
| falsidade, poderá ser autuado por fornecer ou apresentar ao fisco informações ou documentos  |
| inexatos ou inverídicos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis. |
|  |
| Nestes Termos**Pede Deferimento** |
|  |
|  Colatina - ES, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ |
|  \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ |
|  **(assinatura do requerente)** |

|  |
| --- |
| **PERGUNTAS PARA COMPROVAÇÃO DO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS** |
| **PERGUNTA** | **RESPOSTA** | **CONDIÇÕES EXIGIDAS PELO ART. 14 DO CTN** | **FORMA DE COMPROVAÇÃO** | **CONDIÇÕES EXIGIDAS PELA LEGISLAÇÃO MUNICIPAL** |
| Em qual das hipóteses o requerente se enquadra? | [ ]  Templo de qualquer culto ocupante de imóvel locado | NÃO SE APLICA | NÃO SE APLICA | O locatário deverá fazer prova junto à Secretaria Municipal da Fazenda de ter assumido a obrigação pelo recolhimento do imposto no lugar do locador, conforme art. 158, §§4° a 7°, da Lei 2805/77, e art. 38, §§2° a 5°, da Lei Complementar 12/94. |
| [ ]  Instituição de educação ou assistência social sem fins lucrativos | 1 – Não distribuir qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título (não distribuição de lucros ou dividendos); | Cópia do balanço patrimonial, do demonstrativo de resultado do exercício e do livro diário, do último exercício exigível, apresentados na forma da lei. | NÃO SE APLICA |
| 2 – Aplicar integralmente, no País, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais (não enviar recursos financeiros ao exterior); | Declaração fornecida pelas agências bancárias em que a instituição possua conta, atestando que a mesma não efetuou remessas de recursos ao exterior. | NÃO SE APLICA |
| 3 – Manter escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão (contabilidade regular) | Cópia do balanço patrimonial, do demonstrativo de resultado do exercício e do livro diário, do último exercício exigível, apresentados na forma da lei. | NÃO SE APLICA |
| **OBS: Por serem beneficiados por hipótese de imunidade incondicionada, são dispensados de apresentação de requerimento para reconhecimento da imunidade os órgãos da administração pública e os templos de qualquer culto, exceto, neste último caso, quando sejam locatários do imóvel objeto da imunidade. Contudo, caso eventualmente o reconhecimento da imunidade não tenha sido reconhecido de ofício pela Administração Municipal, poderão apresentar requerimento simples, direcionado à Superintendência de Fiscalização Tributária, para reconhecimento da imunidade.**  |

|  |
| --- |
|  **DOCUMENTAÇÃO GERAL** |
| a) Requerimento devidamente preenchido e assinado, em duas vias;b) Cópia do Estatuto social da entidade, acompanhado da ata de eleição e posse da diretoria atual;c) Cópia do documento de identificação e CPF do representante legal que assina o requerimento;c) Cópia do balanço patrimonial, do demonstrativo de resultado do exercício e do livro diário, do último exercício exigível, apresentados na forma da lei;d) Declaração fornecida pelas agências bancárias em que a instituição possua conta, atestando que a mesma não efetuou remessas de recursos ao exterior. |
| **DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA TEMPLOS DE QUALQUER CULTO** |
| a) Requerimento devidamente preenchido e assinado, em duas vias;b) Cópia do Estatuto social da entidade, acompanhado da ata de eleição e posse da diretoria atual;c) Cópia do documento de identificação e CPF do representante legal que assina o requerimento;d) Cópia do contrato de locação do imóvel, em que conste cláusula de transferência de responsabilidade tributária do locador ao locatário. |